



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

PRISCILA TAÍS DE MORAIS OLIVEIRA

**VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Brasília-DF

2015

PRISCILA TAÍS DE MORAIS OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - Faculdade de
Ceilândia, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Josenaide E. dos Santos

Brasília-DF

2015

PRISCILA TAÍS MORAIS DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - Faculdade de
Ceilândia, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Josenaide Engracia dos Santos
Orientadora

Prof^a. Silvia Guimarães
Saúde Coletiva

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

Aprovado em:

Brasília,de ... de

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das diversas formas de violência que agride a liberdade e os direitos individuais. Com base nessa temática, o interesse de tal estudo é caracterizar periódicos nacionais de 2010 a 2015 publicados na base de dados SCIELO, que tratem de casos de violência sexual infantojuvenil. Sendo ele de natureza qualitativa, visa-se aprofundar e obter um parâmetro desse tipo de violência no Brasil, por meio da Revisão narrativa da literatura. Para análise dos resultados, os dados foram expostos em tabela. Utilizando os descritores “*violência sexual*”, “*sistema de justiça*”, “*notificação*” e com base nos critérios de inclusão, a busca bibliográfica resultou em 26 referências. O estudo apresentou limitações quanto ao aspecto metodológico, porém permitiu compreender as características mais comuns que permeiam o fenômeno da violência sexual infantojuvenil nesses últimos cinco anos. Os profissionais ainda são despreparados para o enfrentamento da mesma, e ressalta-se a importância da inclusão da Terapia Ocupacional nos serviços sociais e educacionais para o atendimento das vítimas.

Descritor: Violência sexual; Sistema de Justiça, Notificação

ABSTRACT

Child and adolescent sexual abuse is one of the several forms of violence that threatens individual rights and freedom. Based on that theme, the present study aims to characterize national journals published from 2010 to 2015 in the data base known as SCIELO, scholarly papers that deal with cases of infant-juvenile sexual violence. Given that the following paper is of qualitative nature, the study seeks to deepen the topic and get a parameter about that type of violence in Brazil, through the narrative review of literature. For analysis of results, data was displayed in tables. Using the descriptor: sexual violence, justice system and notification, and abuse and based on the inclusion criterion, the bibliographic research yielded 26 references. The study presented some limitations with regards to methodologic aspects but it enabled the comprehension of the most commons aspects that revolve around the phenomenon of infant-juvenile sexual violence over the last five years. Professionals still present a lack of preparation to address the problem and attention should be drawn to the importance of the inclusion of Occupation Therapy in social and educational services to assist the victims.

Keywords: Sexual violence; Justice System, Notification

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MÉTODO	10
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Queiroz (2014, p. 01), “Violência é toda e qualquer forma de opressão, de maus tratos, de agressão, tanto no plano físico como emocional, que contribuem para o sofrimento de outra pessoa”. A violência é um fenômeno complexo e que se apresenta de várias maneiras, é uma manifestação extrema do domínio de uma pessoa sobre outra, e que se revela como formas de dominação e opressão (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004, p. 456). Dentre as diversas formas de violência que conhecemos existe a violência sexual, bastante discutida atualmente, principalmente a violência sexual infantojuvenil que é caracterizada pela situação em que a criança ou o adolescente é utilizado para a satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho, que pode envolver a penetração sexual ou não, a exemplo de carícias, exibicionismo, pornografia e exploração sexual, segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 1997, Pfeiffer & Salvagni, 2005, p. 198).

Esse tipo de violência é um problema de saúde pública, pois ainda que seja silenciada e que haja escassez de dados conforme a Organização das Nações Unidas (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008, p. 603), deixa sequelas, tanto física, psíquica e emocional, que podem vir a desencadear alguns comprometimentos cognitivos e psicossociais, como a depressão, o uso de drogas, prostituição, suicídio, além de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, e possível gravidez quando a vítima é do sexo feminino, adquirindo assim, um caráter endêmico (Ribeiro et al., 2004, p. 457). Sendo aquela inclusive a população mais atingida, situação essa que pode ser explicada até pelas próprias questões de gênero, que ainda colocam a mulher como objeto sexual, fazendo com que crianças e adolescentes meninas sejam os alvos preferenciais dos perpetradores (Martins & Jorge, 2010, p. 251).

Apesar de ser uma temática importante, e ter crescente incidência e relevância para identificação dos fatores de risco, e assim, podendo ter a implementação de programas e estratégias preventivas, esse tipo de violência é de difícil notificação devido ao medo, falta de credibilidade do sistema legal e o profundo silêncio que impedem a criança ou o adolescente, e também as mães, em comunicar o fato (Martins & Jorge, 2010, p. 251). Esses fatores são ainda mais presentes quando aqueles são vítimas, segundo Pfeiffer e Salvagni (2005, p. 199), de pessoas ligadas ao convívio familiar, ou que possuem e mantêm algum grau de parentesco com as vítimas, exercendo sobre elas formas de poder e de confiança, caracterizando assim esse tipo de violência como incestuoso, e que é o mais comum até a adolescência. Esse quadro é reafirmado por outros estudos, como o de Santana, Santana e Lopes (2011, p. 83), por exemplo, que aponta o pai e o padrasto como os principais abusadores, sendo feito no próprio ambiente intrafamiliar, que deveria ser um local seguro para a criança ou adolescente, torna-se o ambiente favorável para a prática do ato incestuoso.

A notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ou outros tipos de maus-tratos deve ser feita obrigatoriamente pelos Conselhos Tutelares, que são os órgãos responsáveis pelo atendimento das vítimas e seguridade do cumprimento da lei estabelecida pelo ECA no que tange à garantia dos direitos dessa população (ECA, 2014, p. 59-60). Apesar dos Conselhos Tutelares serem os órgãos responsáveis pela notificação dos casos, as baixas denúncias é uma realidade, devido a uma série de fatores como, sentimentos de culpa e de vergonha da vítima, a resistência de alguns médicos em reconhecê-lo e relatá-lo, o processo burocrático existente nos tribunais e o medo da família (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005, p. 344). Outro aspecto que dificulta o trabalho dos conselhos tutelares conforme, é a falha político-administrativa e estrutural, ausência de capacitação dos membros dessas instituições e à falta de integração das mesmas com a rede de atendimento, o que dificulta a resolubilidade do problema segundo Pelisoli, Almeida e Dell'Aglio (2010, p. 92).

Os dados relatados justificam a importância de um projeto que busque caracterizar a produção acadêmica mais recente sobre violência sexual entre crianças e adolescentes, pois é por meio também desses dados que se traça a dimensão do fenômeno da violência, e assim possibilitando a criação de políticas públicas para o enfrentamento e prevenção (Santana, Santana, & Lopes, 2011, p. 79).

Assim, este estudo volta-se para uma revisão de literatura pertinente ao tema violência, em especial a sexual contra a criança e o adolescente, visando caracterizar e analisar todo contexto e situações que permeiam essa temática, por meio de periódicos nacionais publicados a partir de 2010 a 2015, e com isso fornecer um parâmetro acerca desse tipo de violência no Brasil.

2 MÉTODO

O método utilizado será o de revisão narrativa de literatura que é “levantamento de trabalhos científicos publicados na abordagem qualitativa, equivalente à revisão sistemática de literatura (usual nas abordagens quantitativas) (Turato, 2005, p.512). Ainda, segundo Turato (2005, p.512), é a “discussão de vários trabalhos conduzidos no rigor metodológico, incluindo análise de conteúdo do material examinado e selecionado”

A pesquisa foi realizada por meio de consultas a artigos científicos brasileiros, de 2010 a 2015, publicados em periódicos na base de dados, Scientific Electronic Library Online (SciELO), que é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O programa oferece listas de publicações solicitadas pelo ano, pelo autor, pela fonte e por palavras-chave. Optou-se por selecionar o material bibliográfico a partir das palavras-chaves “violência sexual”, “sistema de justiça” e “notificação” e os critérios foram: idioma português, texto na íntegra, período de 2010 a 2015, e em seguida os artigos foram separados e organizados em tabela para análise dos dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca bibliográfica resultou em 26 referências, obtidas através dos descritores violência, violência sexual e violência sexual em crianças e adolescentes, e seus respectivos correlatos em português. As buscas indicaram um maior número de publicações no ano de 2011.

Os estudos são diversificados e abordam diferentes contextualizações em torno da violência sexual infanto-juvenil, e para melhor analisar os resultados encontrados, foram criadas categorias a partir dos mesmos e assim ter um conhecimento acerca das situações investigadas pelos autores nesses últimos cinco anos sobre tal problemática. A violência sexual referida é:

- **Variável sociodemográfica, Gênero, Fatores Associados**

A violência sexual em crianças e adolescentes está intimamente ligado à questão do gênero, como foi observado nos estudos de Pfeiffer, Rosario e Cat (2011) e Souza, Costa, Assis, Musse, Sobrinho e Amaral (2014), que tal violência ocorre com maior frequência em meninas, caracterizando 79, 8% dos casos analisados pelo segundo estudo. Os mesmos resultados também foram apresentados por Oliveira, Costa, Amaral, Santos, Assis e Nascimento (2014), Zambon, Jacinto, Medeiros, Guglielminetti e Marm (2012) e Gawryszewski, Valencich, Carnevalle e Marcopito (2012) que apresentaram as meninas como as mais vitimizadas, principalmente na faixa dos 5 a 13 anos de idade mais ou menos. Outro aspecto extremamente importante levantado por todas essas pesquisas foi que os principais abusadores eram indivíduos da própria família ou conhecidos, ou seja, pessoas próximas às vítimas, e o local de ocorrência mais frequente era a própria residência. A pesquisa de Antoni, Yunes, Habigzang e Koller (2011), além dessas características abordadas, se diferenciou, porque ressaltou um dos diversos fatores associados ao abuso sexual infantojuvenil, que é a questão socioeconômica, mostrando pelo relato das mães de meninas vítimas, que o contexto social e econômico em que a família vivia era menos privilegiado, podendo essa situação ser um gatilho de risco para tal violência.

Quadro 1 – Variável sociodemográfica, Gênero, Fatores Associados

Autor	Objetivo	Resultados
Pfeiffer, Rosario e Cat (2011)	Descrever as formas de apresentação da violência e método de classificação em níveis de gravidade aplicado no Programa Rede de Proteção das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para Violência da cidade de Curitiba.	Dos casos de violência doméstica, em 2003 e 2004, respectivamente, 17,5 e 8,8% foram sexual. Em 2003, os casos moderados corresponderam a 41,8%, os graves, a 40% e os leves, a 18,2%. Em 2004, 35,4% foram casos moderados, 33,9%, leves e 30,7%, graves
Souza, Costa, Assis, Musse, Sobrinho e Amaral (2014)	Analisar os dados de criança e adolescentes vítimas das distintas formas de violência, registrados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA/MS, de Feira de Santana, Bahia, Brasil	A violência sexual ocorreu com maior proporção no sexo feminino, nas faixas da infância, 55,5% das ocorrências foram em nível domiciliar, sendo mais frequentemente perpetrada por conhecidos e familiares.
Oliveira, Costa, Amaral, Santos, Assis e Nascimento (2014)	Analisa a evolução da incidência da violência sexual (VS) e coocorrências, ao longo de 2001 a 2010.	A maioria do sexo feminino, com maior frequência na adolescência; a maior parte dos agressores era conhecido ou familiar. As faixas etárias mostraram a mesma tendência, com maior proporção de casos na adolescência. O aumento dos coeficientes de VS e coocorrências sugerem aprimoramento do sistema de notificação das instâncias de referência, bem como maior participação popular, através do Disque100.
Zambon, Jacinto, Medeiros, Guglielminetti e Marm (2012)	Estudar crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica da Unidade de Emergência Referenciada Pediátrica (UERP) do Hospital das Clínicas (HC) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e ambulatório especializado, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2007, enfatizando o abuso sexual	Dos 551 casos de violência a criança e adolescente atendidos no Hospital de Clínicas da UNICAMP, o abuso sexual correspondeu a 31,9% dos casos, sendo 55,9% nas meninas e 50% até 5 anos. Das 95 crianças e adolescentes analisadas com hipótese de abuso sexual, 80% eram meninas e 58,9% entre 5-10 anos.
Gawryszewski, Valencich, Camevalle e Marcopito (2012)	Descrever o perfil das notificações em crianças e adolescentes no Estado de São Paulo em 2009 e analisar possíveis fatores associados.	O sexo feminino corresponderam a 61,4% do total de notificações. A faixa etária mais frequente entre as meninas foi a de 10 a 14 anos (38,8%) e entre os meninos foi < 5 anos (35,8%). A violência sexual representou 41,7% dos casos em meninas. Os principais autores das agressões foram os pais e conhecidos. A residência foi o local de ocorrência de 72,9% dos casos (96,1%).
Antoni, Yunes, Habigzang e Koller (2011)	Analisar a percepção das mães das vítimas sobre o abuso extrafamiliar.	Quanto à percepção da situação abusiva, as mães culpam as filhas, apontando suas características de “fraqueza” ou “impulsividade” e não responsabilizam o agressor, o que fomenta a vulnerabilidade das filhas diante de situações de abuso.

- **Não preparação de profissionais do judiciário e a dinâmica dos próprios serviços quanto ao manejo das situações relacionada áviolência sexual infantojuvenil e avaliação do sistema judiciário.**

Silva, Ferriani, Beserra, Roque e Carlos (2013) demonstram em seus resultados que embora haja uma tentativa de um método mais acolhedor de uma escuta qualificada, como o depoimento acolhedor, sendo este o assunto central do estudo, frente às vítimas pelos membros do poder judiciário, o atendimento mais qualificado e a resolutibilidade do problema apontados como consequência dessa metodologia, não são eficazes, por conta da morosidade dos processos judiciais, que demora cerca de cinco anos para serem concluídos, além de outras razões como a falta de preparo dos membros da equipe para lidar com esse assunto.

Resultados parecidos a esse, foi no estudo de Roque, Ferriani, Gomes, Silva, Carlos et al. (2014), que enfatizaram a falta de preparo dos juízes para lidar com a inquirição de crianças e adolescentes, pois só o preparo técnico do direito não lhes é suficiente para fazer as inquirições, como foi ressaltado pelos mesmos na entrevista realizada no estudo, mas também existe um fator delimitante que foi abordado nos discursos dos próprios juízes, que é a questão da forma hierarquizada e burocrática do sistema em que eles se encontram, que os fazem a ter uma postura impassiva de alteração quanto sua operacionalidade e funcionalidade no caso das inquirições. Esses aspectos, morosidade, estrutura hierárquica do poder judiciário e falha de capacitação dos profissionais do poder judiciário quanto á propriedade do tema violência sexual contra criança e adolescente, também foram apontados no estudo de Silva, Ferriani e Silva (2012), como fatores que dificultam a resolutibilidade dos casos e que favorecem a revitimização das vítimas.

Quadro 2 – Despreparo de profissionais do judiciário e a dinâmica dos próprios serviços quanto ao manejo das situações relacionada á violência sexual infantojuvenil e avaliação do sistema judiciário

Autor	Objetivo	Resultados
Silva, Ferriani, Beserra, Roque e Carlos (2013)	Aborda a percepção de membros do Poder Judiciário acerca da entrevista do depoimento acolhedor de crianças vítimas de crimes sexuais.	Evidenciou-se que a cultura observada no Poder Judiciário se apresenta como obstáculo à realização da entrevista do depoimento acolhedor, sendo necessário adaptar a instituição para aplicar a metodologia.
Roque, Ferriani, Gomes, Silva, Carlos et al. (2014)	Apontar resultados de pesquisa realizada junto aos juizes de direito, sobre a inquirição de crianças e/ou adolescentes, vítimas de violência sexual, no sistema de justiça	Os sujeitos assinalam que o preparo técnico para interpretar o direito não é suficiente a eles, diante das questões postas na atualidade. Pela fala dos participantes, os juizes não possuem uma linguagem adequada com a criança ou adolescente entrevistada, nem postura adequada para atender os casos, por falta de provas, o que evidencia que os modos de intervenção do lugar do judiciário podem ser vistos como aspectos de revitimização de crianças e adolescentes.
Silva, Ferriani e Silva (2012)	Identificar o trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário para prevenir a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.	Este estudo permitiu visualizar limitações do Poder Judiciário em relação à proteção integral e à prioridade absoluta, visualizando-se, também, que a atuação junto às vítimas demanda investimentos não só estruturais como, ainda, aqueles que dizem respeito aos recursos humanos

- **Rede de Atendimento para o cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual**

Espindola e Batista (2013) deram ênfase a atuação do Programa Sentinela, e a importância da mesma, porém na análise de prontuários que fizeram acerca do programa, viram que não constaram o planejamento das intervenções realizadas com criança e adolescente e com suas famílias, e na maioria dos casos não houve nenhuma intervenção com o autor da violência. Essa última situação é abordada no estudo de Dell' Aglio, Moura e Santos (2011), que explanaram a significância do atendimento psicológico aos abusadores sexuais, para além das

mães das vítimas, e que essa prática vem sendo aos poucos valorizada e adotada no Brasil pelos profissionais, primeiro porque o foco da atenção ainda se concentra nas vítimas, segundo porque ainda se ignora o fato de que toda dinâmica familiar, principalmente as mães também são atingidas pela problemática, e terceiro porque o trabalho psicológico com perpetradores tem sido avaliada como complexo e difícil.

Ainda focando no programa Sentinela, o estudo de Wanderley da Paixão e Deslandes (2010) também enfatizaram sobre os benefícios provocados por tal ação em diversos municípios brasileiros. Surgido a partir da política do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, a pesquisa realizou uma análise documental sobre o Plano e constatou dois pontos importantes, que apesar de abrangente, ele não aponta a priorização das vítimas e familiares aos programas de saúde nem sobre os programas de formação para os profissionais. Além dessas situações delimitadores na melhor atuação da rede de atendimento apontadas, outra questão diz respeito a organização das instituições integrantes dessa rede frente ao tratamento dos casos de violência sexual. Por exemplo, Santos e Costa (2011) problematizaram a atuação da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, responsável por encaminhar casos de violência sexual a diversas instituições, sociais e de saúde, no qual seu método de trabalho tem que ser repensado, visto que as demandas não estão sendo solucionada por essas instituições as quais são encaminhadas. Deslandes e Campos (2015) aponta a ausência de vários serviços e ações fundamentais em saúde mental, o número de profissionais reduzidos que atuam nos serviços, resultando na precariedade e insuficiência dos atendimentos. Hohendorff, Koller e Habigzang (2015), remetem à não conversação entre os serviços, a partir do pressuposto de que a frequência de encaminhamentos dos casos a serviços de saúde mental é baixa, e também à questão da diminuta existência de CAPSIs no país.

Outra instituição bastante importante, dentro da rede de atendimento é a família, e esta assim como as outras tem papel relevante quanto aos casos de violência sexual em crianças e adolescentes, porém também demonstra falhas, como demonstra o estudo de Habgizang, Ramos e Koller (2011), que após a revelação de crianças e adolescentes após sofrerem abuso, mesmo recebendo credibilidade pelos familiares, ainda assim muitas das famílias não tiveram uma postura protetiva por medo de outras formas de violência do perpetrador. O medo influencia no silêncio dos casos, e isso é apontado pela literatura como o aspecto mais comum que dificulta o diagnóstico e atendimento das vítimas. Dois artigos fala sobre avaliação do serviço de notificação e necessidade de reavaliação.

Costa, Carvalho, Santana, Silva e Silva (2010) ressaltam sobre o papel influenciador dos municípios quanto ao fortalecimento da rede de atendimento, com base na sua pesquisa realizada na Feira de Santa (BA), que embora o município tenha a implementação de programas extremamente válidos no atendimento aos casos de violência sexual infantojuvenil, a exemplo do Programa de Ações Integradas (PAIR) e Sentinela, é necessário que haja esforços do município frente aos desafios que permeiam o enfraquecimento dessas redes.

Quadro 3 – Rede de Atendimento para o cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Autor	Objetivo	Resultados
Espindola e Batista (2013)	Identificar a atuação do <i>Programa Sentinela</i> , da cidade de Blumenau/SC, diante da violência sexual infantojuvenil e mapear seus fatores de assistência e de vulnerabilidade.	Entre os fatores de assistência, observou-se a credibilidade do <i>Sentinela</i> , o atendimento aos cuidadores das crianças e adolescentes, a variedade de intervenções e a articulação entre aspectos psicológicos, sociais e legais. Verificou-se, por outro lado, a falta de comunicação entre as instituições para articular as medidas de proteção necessárias.
Dell' Aglio, Moura e Santos (2011)	Levantar informações sobre o atendimento psicológico prestado as mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, bem como aos autores dessa violência.	A literatura mostra a importância de incluir familiares não abusivos no tratamento da vítima, tendo em vista seu envolvimento na situação. Além disso, aponta que a discussão sobre o atendimento psicológico aos perpetradores também é necessário para que se possa intervir no ciclo da violência, prevenindo novas vítimas.

Quadro 3 – Rede de Atendimento para o cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (continuação)

Autor	Objetivo	Resultados
Wanderley da Paixão e Deslandes (2010)	Analisar a principal política pública brasileira para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no Brasil sob o enfoque do seu eixo de atendimento, denominado “garantia de atendimento integral e especializado	Com relação ao programa Sentinela, o estudo mostra que, apesar de contemplar a maioria das diretrizes propostas para o atendimento, o programa ainda apresenta dificuldades intersetoriais no que tange a articulação com a rede assistencial, processos de referência e contra-referência e interlocução dos profissionais envolvidos.
Santos e Costa (2011)	Avaliar o cumprimento das medidas protetivas aplicadas pelo juiz às crianças e aos adolescentes envolvidos em situação de violência sexual	1ª VIJ não conseguiu cumprir sua missão de garantir os direitos das 47 crianças e adolescentes, nem assegurar condições para seu pleno desenvolvimento. As crianças e adolescentes dos casos avaliados não receberam da 1ª VIJ a garantia de proteção integral, na medida em que o Poder Judiciário necessita de parcerias no Poder Executivo e na sociedade para fazer valer sua missão.
Deslandes e Campos (2015)	Conhecer a ótica dos conselheiros tutelares sobre as principais dificuldades de atuação e mobilização da rede para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual no município do Rio de Janeiro.	Os resultados apontam como problemas percebidos a insuficiência de instituições para atendimento especializado, profissionais despreparados, morosidade, falta de comunicação e de articulação interinstitucionais para garantir as medidas de proteção necessárias aos casos.
Hohendorff, Koller e Habigzang (2015)	Abordar a questão da garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelo sistema público, tendo em vista que o desenvolvimento de psicopatologias em curto e em longo prazo está associado à experiência de violência sexual	Os estudos sobre encaminhamentos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes indicam baixos índices de encaminhamento para serviços que oferecem psicoterapia. O baixo número de encaminhamentos de vítimas de violência sexual aos serviços de saúde mental pode ser explicado, então: (a) pela restrição quanto à severidade e persistência dos transtornos mentais para atendimento nos CAPS; (b) pela falta de capacitação profissional para intervenção em casos de violência sexual, a qual foi evidenciada pelo CFP (2009), possivelmente devido à abordagem escassa desse assunto em cursos de graduação, o que pode fazer com que profissionais não aceitem encaminhamentos; (C) número de CAPSi existentes no país
Habigzang, Ramos e Koller (2011)	Identificou e analisou as medidas adotadas pela rede de apoio de crianças e adolescentes após a revelação de abuso sexual.	Os resultados apontaram que as meninas revelaram o abuso aos pais em 42,5% e a outro familiar em 12,5%. A maioria das pessoas (92,5%) acreditou na revelação da situação de abuso, porém 10% destas não adotou nenhuma atitude protetiva. As medidas de proteção adotadas pelas famílias foram a denúncia e o afastamento dos agressores. Contudo, em 32,5% dos casos os familiares não realizaram uma denúncia formal da violência aos órgãos de proteção, mantendo uma situação de vulnerabilidade para a criança. O abrigo das meninas ocorreu em 35% dos casos e o restante permaneceu convivendo com a família
Costa, Carvalho, Santana, Silva e Silva (2010)	Apresentar a avaliação das ações do PAIR implementadas em Feira de Santana, quanto à articulação política e institucional, fortalecimento e atuação da rede de atendimento às vítimas de violência, no período de 2003 a 2006	A avaliação dos processos de capacitação do PAIR, nos aspectos da articulação política e institucional, foi considerada adequada pela maior parte dos técnicos, ressaltando o apoio do governo estadual, federal, bem como a mobilização dos gestores municipais. Os processos de capacitação foram considerados estratégicos para o desempenho profissional individual dos técnicos (atitudes, participação), assim como articulação da rede de atendimento. As principais dificuldades relatadas foram a falta de recursos financeiros, de capacitação continuada, de participação popular e de apoio das políticas públicas.

- **Avaliação do serviço de notificação e necessidade de reavaliação**

Lima e Deslandes (2015) em seu estudo enfatizaram sobre a ficha SINAN (Sistema de Informação de Agravos e Notificação), que inclui notificações acerca da violência, doméstica, sexual e outras violências contra crianças e adolescentes, porém delimitada a uma perspectiva de vigilância epidemiológica. E isso foi um obstáculo visto por tais autores com base na pesquisa realizada, visto que se explanaram a necessidade da ampliação sobre a compreensão do fenômeno da violência para além dessa visão epidemiológica com base no SINAN. A questão do medo de notificar os casos de violência que envolva crianças e adolescentes por parte dos profissionais entrevistados foi outro aspecto importante ressaltado pelos autores, e isso reflete principalmente no papel dos conselheiros tutelares, já que é o principal órgão de notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes. Se não há denúncias por parte de outros setores, não há notificação das mesmas pelo Conselho Tutelar. E ainda dentro desse enfoque, outro estudo, realizado por Deslandes, Mendes e Luz (2014), mostrou que não é somente por falta de denúncias ou por um sistema caracteristicamente epidemiológico que existe falha nas notificações de casos ou compreensão dos mesmos, mas o baixo percentual de conselheiros tutelares capacitados para atuarem em situações de violência sexual e intrafamiliar.

Quadro 4 – Avaliação do serviço de notificação e necessidade de reavaliação

Autor	Objetivo	Resultados
Lima e Deslandes (2015)	Estudar o processo de implantação da ficha de notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra crianças e adolescentes	A descontinuidade das ações para o enfrentamento da violência ainda é uma realidade. No que tange à notificação, a gestão em saúde nos diferentes níveis hierárquicos ainda enfrenta vários obstáculos relacionados à incorporação permanente do tema da violência na agenda da política pública de saúde.
Deslandes, Mendes e Luz (2014),	Analisar o desempenho metodológico de um sistema de 41 indicadores construídos em 2007, voltados para o monitoramento e análises avaliativas da atuação dos municípios no enfrentamento da violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes	A principal dificuldade na aplicação do sistema de indicadores demonstrou ser a falta de dados para seu cálculo e para a comprovação, assim como a pouca qualidade dos registros institucionais. Alguns indicadores também se mostraram pouco sensíveis, por focar uma forma específica de violência, ou mesmo pela vinculação setorial ou institucional explícita em sua redação. Ampliar a abrangência das ações realizadas mostra-se como alternativa mais inclusiva e forma mais efetiva de captar as iniciativas da gestão municipal para o enfrentamento da violência

• **Perspectiva e Olhares de Profissionais Enfermeiros, Psicólogos e Outros Profissionais da Saúde**

A violência sexual infantojuvenil ainda é um assunto respaldado e tratado com dificuldades por alguns profissionais, que resulta nas limitações de atendimento oferecidas às vítimas. É o que mostra o estudo de Silva, Ferriani e Silva (2011), que levantou uma pesquisa bibliográfica acerca da atuação dos enfermeiros frente a essa situação, resultando em relatos dos enfermeiros necessidade de maior engajamento destes profissionais além de outros da área da saúde, assim como a falta de qualificação dentro da temática abordada que precisa ser reavaliada desde a graduação desse profissional. Freitas e Habigzang (2013), em um estudo feito com três psicólogas sobre a influência de um curso de capacitação profissional dentro de sua atuação profissional, resultou numa maior eficácia e efetividade de atendimento e compreensão dessas profissionais em torno da importância e do efeito benéfico ocasionado ao

realizar-se Terapia Cognitiva Comportamental, após o curso de capacitação, com as vítimas de abuso sexual, e isso só demonstrou o quanto existem limitações na formação acadêmica em psicologia. Apesar de tal estudo apresentar resultados de um número pequeno de participantes, deu para perceber que até esses profissionais, que tem maior inserção e grande influência no atendimento á crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, apresentam e demonstram dificuldades de como propor e atuar da melhor forma possível nesses casos.

Sauret, Carneiro, Valongueiro e Vasconcelos (2011), já trazem outro olhar. Analisaram por meio das entrevistas realizadas com os profissionais da equipe multidisciplinar do serviço estudado, que existem reforços por parte desses profissionais em atender da melhor forma possível as vítimas, embora não exista atendimento psicoterápico ao grupo familiar, eles acreditam na mudança e confiam que as consequências ocasionadas pela violência sexual assim como outros tipos de violência, podem ser superadas na dinâmica familiar. Pelos relatos, tais profissionais demonstraram-se sensibilizados em diferenciar casos de violência sexual das demais violências, em seus atendimentos. Relataram que o maior problema e dificuldade da continuidade de atendimento estão mesmo no descompromisso e não engajamento de várias famílias no atendimento, além de questões estruturais do serviço. Mas há de que se levar em conta o julgo de valor desses profissionais, que não comumente estão a par de todo contexto de vida dos pacientes, como destacado pelos autores.

Quadro 5 – Perspectiva e Olhares de Profissionais Enfermeiros, Psicólogos e Outros Profissionais da Saúde

Autor	Objetivo	Resultados
Silva, Ferriani e Silva (2011)	Refletir sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, focalizando a atuação do enfermeiro à luz da sua prática profissional e da legislação brasileira.	A análise da produção estudada possibilitou a constituição de três núcleos temáticos: a atenção à saúde da criança e do adolescente vitimizados sexualmente, a notificação e a qualificação profissional
Freitas e Habigzang (2013)	Investigar as percepções dos profissionais de psicologia que participaram da Tecnologia Social de Capacitação Profissional sobre o modelo de grupoterapia cognitivo comportamental	Os resultados indicaram que a capacitação produziu um impacto sobre a atuação profissional das participantes. Observou-se a presença de um impacto sobre as demandas de trabalho e crenças relacionadas à violência sexual. Houve situações de transferência de aprendizagem em curto prazo e em longo prazo. As participantes avaliaram a capacitação de forma positiva e a consideraram uma intervenção efetiva para instrumentalizar os profissionais em sua atuação com vítimas de violência sexual.
Sauret, Carneiro, Valongueiro e Vasconcelos (2011)	Analisar as representações de profissionais da saúde sobre famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência, atendidas em um serviço de referência da rede pública de saúde do Recife, Pernambuco	Os profissionais reconheceram a necessidade de trabalhar o grupo familiar nas diversas formas de intervenção, destacando o sofrimento inicial das famílias provocado pelo fato de terem que aceitar uma intromissão do poder público. Observou-se certa polarização nas representações sobre famílias com dinâmica de violência sexual com relação às outras formas de violência. Destaca-se a utilização da categoria “evasão” para denominar a desistência das famílias ao tratamento oferecido, bem como a representação de “famílias irresponsáveis” entre aquelas que não conseguem concluir o tratamento.

- **Perspectiva do agressor**

Uma característica comum aos responsáveis pelo abuso é negação do ato. Zuquete e Noronha (2012) observaram isso a partir dos discursos dos agressores registrados nos documentos judiciais analisados pelo estudo, diferentes comportamentos e comuns a esses

indivíduos, que os levam sempre a uma mesma justificativa de não culpabilidade do crime ou minimização do mesmo.

Quadro 6 – Perspectiva do agressor

Autor	Objetivo	Resultados
Veronese (2012)	Estudo bibliográfico sobre a compreensão acerca do processo da violência e exploração sexual infanto-juvenil e de como o direito tem se posicionado e respondido a tal vitimização	O Brasil tem se mostrado negligente frente á exploração sexual infanto-juvenil, caracterizando um desrespeito á Constituição Federal

- **Análise conceitual sobre a própria violência sexual além de remeter sobre as medidas de prevenção, proteção e segurança conforme a Constituição Federal**

Veronese (2012) faz uma vasta bibliografia a despeito da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, e ressaltam os dispositivos existentes, como a Convenção Internacional dos direitos da Criança frente á violência e á exploração sexual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e também o Código Penal brasileiro, para a proteção integral das crianças e adolescentes, e que o ato da violência sexual em si além de desrespeitar essas doutrinas, é uma problemática tratada como descaso pelas diversas instituições no país.

Quadro 7 – Análise conceitual sobre a própria violência sexual além do enfoque sobre as medidas de prevenção, proteção e segurança conforme a Constituição Federal

Autor	Objetivo	Resultados
Veronese (2012)	Estudo bibliográfico sobre a compreensão acerca do processo da violência e exploração sexual infanto-juvenil e de como o direito tem se posicionado e respondido a tal vitimização	O Brasil tem se mostrado negligente frente á exploração sexual infanto-juvenil, caracterizando um desrespeito á Constituição Federal

- **Sintomas psicopatológicos ocasionados pelo abuso:**

É irrevogável as consequências físicas e psicológicas ocasionadas por abuso sexual, e isso é nítido em relatos das vítimas e comportamento das mesmas. Dentro desse enfoque, Habigzang, Cunha e Koller (2010), em seu estudo, ressaltaram a questão dos sintomas psicopatológicos, como estresse, depressão, ansiedade e crenças relacionadas ao abuso sexual, com relação ao abrigo de algumas vítimas, para testar sua veracidade como fator desencadeador de tais sintomas. Apesar de não haver diferenças significativas entre vítimas abrigadas e vítimas não-abrigadas, os autores salientaram a importância de se haver um acompanhamento de crianças e adolescentes que foram abrigadas para que compreendam o abrigo não como uma forma de punição, mas de proteção para a não revitimização dos mesmos. Um ponto importante destacado pelos autores foi que é necessário analisar também o tempo de duração de abrigo em alguns casos, porque essa situação pode vir a ser um fator de grande influência na incidência desses sintomas, o que não foi apresentado nos resultados da pesquisa. Sendo uma medida radical, tirar a vítima do convívio familiar, após passar por toda situação de abuso pode somatizar as consequências.

Quadro 8 – Sintomas psicopatológicos ocasionados pelo abuso

Autor	Objetivo	Resultados
Habigzang, Cunha e Koller (2010)	Verificar a presença de sintomas psicológicos em meninas vítimas de abuso sexual, abrigadas e não-abrigadas, como: depressão, ansiedade, stress, transtorno do estresse pós-traumático, e crenças relacionadas ao abuso sexual	Os resultados apontaram que não houve diferença significativa entre os grupos em relação aos sintomas investigados.

- **Necessidade de aperfeiçoamento da atuação dos profissionais:**

A baixa capacitação dos profissionais das distintas instituições que permeiam e que deveriam atuar de forma eficaz frente aos casos de violência sexual, é um dos fatores que têm sido frequentemente discutidos por vários estudos. E na pesquisa de Deslandes, Cavalcanti, Vieira e Silva (2015) essa preocupação também foi colocada em pauta. Foi observado pelo relato dos gestores, de diferentes áreas e setores, que apesar da necessidade, a temática dificilmente é abordada nas capacitações dos mesmos, e quando tem cursos de capacitação a respeito desse assunto, como se pôde perceber na maioria dos casos apresentados, não são contínuos, bem como o desigual investimento dessas capacitações nas esferas estudadas, Secretarias da Educação, Turismo, Municipal de Saúde, Municipal de Assistência Social, enquanto que na Atenção Básica de Saúde o investimento nas capacitações é positivo, há déficit desse investimento nos outros setores, dificultando assim, a identificação por parte dos profissionais de casos de.

Quadro 9 – Necessidade de aperfeiçoamento da atuação dos profissionais

Autor	Objetivo	Resultados
Deslandes, Cavalcanti, Vieira e Silva (2015)	Verificar a capacitação dos profissionais quanto a temática violência sexual.	Constatou-se a baixa inserção da temática das violências sexuais nas capacitações ofertadas apesar do reconhecimento quanto à sua importância. Os programas federais e estaduais foram indutores das capacitações nas diferentes secretarias municipais. Considerou-se estratégico o investimento do setor saúde na capacitação de profissionais da atenção básica. Em relação aos profissionais da assistência social, a insuficiência de capacitação é agravada pelas contratações temporárias e pela alta rotatividade

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos desafios enfrentado por esta pesquisa foi o de caráter metodológico, pois devido ao tempo exíguo para a pesquisa, as autoras escolheram apenas uma base de dados, o que é incipiente, todavia ainda sinaliza a universalidade quanto á particularidade dos temas e as características mais comuns que permeiam tal problemática nesses últimos cinco anos.

Mas apesar da limitação, os resultados do estudo permitiram uma compreensão acerca desse fenômeno. Um dos destaques foi a não preparação dos profissionais de todas as esferas, educacional, social, judicial e da saúde, seja por falha estrutural, organizacional ou de capacitação, haja vista que são dispositivos essenciais para o enfrentamento da incidência desse tipo de violência, no que se refere ao diagnóstico, prevenção e tratamento.

E dentro da mesma linha de raciocínio, os profissionais de Terapia Ocupacional, por sua formação acadêmica, contribuem de forma significativa no atendimento às vítimas de violência sexual, pois por meio de seus recursos terapêuticos e tecnologias, além de identificar a situação de vulnerável, procura engajar essas crianças e adolescentes em suas ocupações significativas, como brincar e estudar, além de intervir na dinâmica familiar, que também é atingida, o que não pode ser excludente no que se refere ao atendimento biopsicossocial dessa população. Portanto é necessária a inclusão desses profissionais não somente em Clínicas, Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), ou nos Núcleos de Apoio á Saúde da Família (NASF), mas também em setores sociais e educacionais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, e nas Escolas, porém ainda é escassa a participação dos mesmos nessas instituições, principalmente pela falta de conhecimento sobre sua atuação

REFERÊNCIAS

- Baptista et al. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paul Enferm*, 21(4), 602-608.
- Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata (2014). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*, e legislação correlata (12. ed.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Recuperado em 13 outubro, 2014, de <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/>
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G.A., & Machado, P. X. (2005, Set.-Dez.). Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Martins, C.B.G. & Jorge, M.H.P.M. (2010, Abr.-Jun.). Abuso sexual na infância e adolescência: Perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 19(2), 246-55.
- Pelisoli, C., Pires, J.P.M., Almeida, M.E., & Dell’Aglío, D.D. (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*, 18(1), 85-97.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, 81(5), 197-204.
- Queiroz, K. (2001). *Abuso sexual: Conversando com esta realidade*. In: Centro de defesa da criança e do adolescente Yves de Roussan - CEDECA- BA. Recuperado em 14 outubro, 2014, de http://www.cedeca.org.br/pdf/abuso_sexual_katia_queiroz. Acesso em:
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004, Mar.-Abr.). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(2), 456-464.
- Santana, J. S. S., Santana, R. P., & Lopes, M. L. (2011, Jan.-Jun.). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Análise de notificações dos Conselhos Tutelares e Departamento de Polícia Técnica. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 35(1), 68-86.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública*, 39(3), 507-514.